

BRASIL 2022: TERRA DA BOA ESPERANÇA?

Ignacy Sachs*

“O Brasil está bem posicionado para se tornar um modelo de Terra da Boa Esperança,” uma perspectiva de participação positiva e de liderança em um momento em que o mundo experimenta uma profunda crise. Se isto corresponde a uma afirmação ou a uma questão, esta ideia, bastante forte, será testada na próxima década. Ignacy Sachs analisa as condições ecológicas, estruturais e institucionais necessárias para permitir ao país desempenhar um papel de liderança na cooperação Sul – Sul, ao mesmo tempo ampliando a biocapacidade, esta, um conceito central para o autor. Estamos, hoje, na presença de quatro crises inter-relacionadas. A complexidade e as oportunidades de nossos tempos são analisadas em uma visão ecodesenvolvimentista.

BRAZIL 2022: A LAND OF GOOD HOPE?

“Brazil is well placed to become a paragon of the Lands of Good Hope”, a perspective of positive participation and leadership in a moment when the world experiences a deep crisis. Whether a statement or a question, this strong idea will be tested in the next decade. Ignacy Sachs analyzes the ecological, structural and institutional conditions that are necessary to enable the country to play a leading role in fostering South-South cooperation while enhancing biocapacity, the latter a central concept to the author. Today, we are in presence of four inter-related crises. The complexity and the opportunities of our times are analyzed within an ecosocial development framework.

1 INTRODUÇÃO

Os mercados têm visão curta e não possuem sensibilidade social e ambiental. Os últimos 30 anos de contrarreforma neoliberal, baseada no mito da autorregulação pelos mercados, têm minado, se não destruído, a habilidade do país de realizar planejamento de longo prazo e pensar sobre aquilo que no Brasil tem sido definido pelo termo *projeto nacional*.¹ A presente crise é uma oportunidade para reverter esta tendência e trazer à tona o conceito de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, bem como seu principal motor: um crescimento econômico liderado pelo emprego, promovido por um Estado desenvolvimentista.

Em seus trabalhos pioneiros sobre metodologia de planejamento de longo prazo, Michal Kalecki escolheu um período de 15 anos como horizonte de tempo adequado.² Ele teria muitas vezes brincado conosco dizendo que qualquer coisa indo além de 15 anos pertence ao plano da astrologia.

* Centro de Pesquisas do Brasil Contemporâneo na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais – Paris, França.

1. Este termo tem sido usado frequentemente, entre outros, por Celso Furtado.

2. Ver a seção sobre planejamento de longo prazo em Osiatynski (1992, p.181-254).

Para estabelecer um debate sobre perspectivas de longo prazo para economia, sociedade e política brasileiras, poderíamos escolher 2022 como ano limite. Essa é uma escolha altamente simbólica, uma vez que o Brasil irá comemorar nesse ano o bicentenário de sua independência. Além disso, 2022 marcará o quinquagésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, a qual foi instrumental para apresentar o conceito de ecodesenvolvimento, rebatizado mais tarde de desenvolvimento sustentável.

Objetivos de desenvolvimento devem ser socialmente orientados e concebidos sobre o duplo princípio ético da solidariedade sincrônica com a geração presente e a solidariedade diacrônica com as futuras gerações. Para a consecução destes objetivos, é necessário o engajamento em um processo de crescimento econômico sustentado, pelo menos enquanto as necessidades básicas daqueles que vivem na base da pirâmide social não tenham sido adequadamente atendidas. O direito ao trabalho decente para todos é base principal, paralelamente a uma rede de segurança social para aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, portadores de necessidades especiais e idosos. Ao mesmo tempo, a crescente pressão sobre a população humana na biosfera, impõe um código de conduta responsável para com a natureza.

Uma questão chave a ser respondida nesse contexto é “que tipo de Estado e para que tipo de desenvolvimento?” Na verdade, somos forçados a responder à mesma pergunta pela terceira vez em 80 anos; as duas primeiras vezes por conta das crises de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

A crise de 1929 levou a uma competição entre as três principais respostas institucionais: o nazismo, o socialismo real e o *New Deal* de Roosevelt. No curto prazo, o nazismo provou ser eficiente em colocar os alemães de volta ao trabalho utilizando a política keynesiana ao pé da letra, uma corrida armamentista, que resultou na Segunda Guerra Mundial e suas trágicas consequências.³

A mesma questão – qual Estado para qual desenvolvimento? – tornou-se central nas políticas do pós-Guerra. Os 30 anos após o fim da guerra foram marcados por uma boa medida de consenso sobre três ideias:

- Para exorcizar a memória da grande crise e do desemprego em massa, era necessário colocar no centro do pensamento econômico um Estado proativo capaz de prover o pleno emprego.
- O intervencionismo econômico do Estado deveria ser suplementado por políticas sociais destinadas a estabelecer um Estado de bem-estar.

3. Isto não quer dizer que uma corrida armamentista seja a única política keynesiana possível. No final dos anos 1940 do século passado, uma controvérsia opôs partidários de um keynesianismo de esquerda – que defendiam investimentos públicos em projetos socialmente orientados, tais como habitação – aos de direita, favoráveis a uma corrida armamentista como parte da competição entre dois sistemas políticos rivais.

- Finalmente, era necessário planejar para evitar o desperdício de recursos. Quando Von Hayek publicou em 1944, em Londres, sua crítica ao planejamento, ele era o dissidente. Todos ao seu redor estavam planejando.

Essas três ideias-força foram compartilhadas em ambos os lados do que se tornou a cortina de ferro. Entretanto, os dois sistemas competidores – reforma do capitalismo e socialismo real – diferiam agudamente quanto às formas de implementação. Em várias ocasiões – o bloqueio de Berlim, a crise de Cuba –, o mundo chegou próximo a um terceiro conflito mundial. Estimulado pela competição com o bloco socialista, o capitalismo passou por três décadas de uma era de ouro,⁴ a qual coincidiu, entretanto, com a Revolução Chinesa, o processo de descolonização e a emergência do terceiro mundo.

Quanto ao bloco socialista, seu crescente poder foi rapidamente comprometido devido à ruptura soviético-chinesa e à entrada dos tanques soviéticos em Praga em 1968 para reprimir o modelo local de *socialismo com uma face humana*. Apesar dos esforços posteriores de Gorbachev, os países do bloco soviético falharam em sua tentativa de democratização e a União Soviética implodiu em 1991 como consequência da queda do Muro de Berlim em 1989.

Esses eventos levaram a um período de 30 anos de contrarreformas neoliberais, associadas aos nomes de Margaret Thatcher, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Deve-se esperar que a presente crise coloque fim neste período de retrocesso em termos da busca de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, mesmo que os neoliberais não se tenham desarmado ainda.

À primeira vista, todos se tornaram keynesianos nesse momento, reconhecendo que o Estado tem um papel maior a desempenhar em políticas anticrise. Entretanto, por trás desta aparente unanimidade, encontram-se instâncias diametralmente opostas entre aqueles que gostariam de utilizar a crise como oportunidade de criar um novo caminho – entre os quais eu me incluo – e aqueles que ficariam felizes com a socialização das perdas sofridas pelos bancos e empresas privadas, de maneira a permitir que eles retornem assim que possível ao *status quo* usual.

2 UMA CRISE OU QUATRO?

Na realidade, estamos na presença de quatro crises inter-relacionadas. A crise financeira iniciada em Wall Street por pessoas loiras de olhos azuis, como indicado pelo presidente Lula, transformou-se em uma grande crise socioeconômica de proporções mundiais. O paralelo com a crise de 1929 é feito muitas vezes, entretanto, existem pelo menos duas diferenças. Por um lado, os processos de globalização

4. Esta expressão foi criada por Steve Marglin, da Universidade de Harvard. O conhecido economista francês Jean Fourastié usou o termo *lês trente glorieuses*.

são muito mais avançados nos dias de hoje. Isto explica a intensidade da crise. Não somente os salários nos países desenvolvidos estão defasados em relação aos incrementos de produtividade, mas também os trabalhadores americanos e europeus são substituídos por chineses e vietnamitas de custo menor.⁵ Por outro lado, seria de se esperar que os formuladores de políticas tivessem aprendido algumas lições estudando o passado. Em certo sentido, a história nunca se repete. A resposta, até então, tem sido muito mais forte do que em 1929, o que não significa dizer que o fim da crise está próximo.⁶

Um corolário da crise socioeconômica é a necessidade imediata de reavaliar e reorganizar o padrão atual de globalização altamente assimétrica; a relação desconfortável entre Estados Unidos e China – um futuro G-20 – se sobressai nisso; o Sistema das Nações Unidas perdendo seu poder em comparação com o G-20 e a Organização Mundial do Comércio (OMC); e os países em desenvolvimento com dificuldades para encontrar um marco no qual expandir relações de cooperação Sul – Sul.

A terceira crise é de natureza completamente diferente e deve ser analisada em uma perspectiva de tempo diferente. A ameaça de uma mudança climática altamente nociva e em parte irreversível nos traz de volta ao longo período de coexistência entre nossa espécie e a biosfera, nosso *habitat*. Estamos no começo de uma terceira grande transição.⁷

A primeira começou há 12 mil anos, com a domesticação das espécies vegetais e animais, a sedentarização das populações humanas, levando à urbanização, à escrita e ao surgimento do Estado. Isto foi realmente uma grande mutação, a partir da qual a humanidade começou a artificializar seu meio ambiente.

A segunda pode ser relacionada ao final do século XVII. Consistiu na crescente expansão do uso de combustíveis fósseis – primeiramente o carvão, depois petróleo e gás –, levando sucessivamente às revoluções técnica e industrial, a um crescimento da população humana sem precedentes – seremos 9 bilhões em 2050 –, à ascensão e à queda dos impérios coloniais e duas terríveis guerras mundiais.

5. Ver, sobre este ponto, Lipietz (2009, p. 19).

6. Ver Wolf (2009).

7. Para a descrição das duas primeiras transições, ver Ponting (1993) e Guilaine (2008). O eminente historiador francês que escreveu o segundo livro estabeleceu a seguinte conclusão bastante pessimista em sua última aula antes de se aposentar: "Apenas dez mil anos depois desta extraordinária aventura, o inventário não é positivo, na medida em que grande parte de nossos contemporâneos sequer têm suficiente para comer. A esperança levantada no Período Neolítico tornou-se em parte um pesadelo. Quem é o culpado? Certamente o próprio homem, que tornou-se possessivo e destrutivo, dedicando toda sua energia a impor sua dominação a seus pares, deteriorando cada vez mais seu meio ambiente. O homem contamina a si próprio sem cessar. Parece mais um caminho para a alienação do que para a liberdade." (p. 89-90).

Estamos agora à beira de uma terceira grande transição: uma saída gradual da era do petróleo e, se formos suficientemente inteligentes, da energia fóssil em geral. Esta transição certamente levará décadas, mas uma vez iniciada, os futuros historiadores verão a era do combustível fóssil como um breve, mas acidentado interlúdio na longa história de nossa coevolução com a biosfera.

A quarta crise é de natureza intelectual e relaciona-se ao pensamento sobre desenvolvimento.

Já passamos por vários paradigmas que falharam: o socialismo real, modelo neoliberal com base no mito dos mercados autorregulados, e mesmo a social democracia já que, sobre o assalto da contrarreforma neoliberal, recuou por trás da contradição *sim para a economia de mercado, não para a sociedade de mercado*.

Temos de descartar duas falácias.

Urbanização compulsiva não é o único caminho para o desenvolvimento; um planeta favelizado reúne, provavelmente, o pior de todos os mundos.⁸ Ao contrário do preconceito enraizado, não podemos dar-nos ao luxo, neste início do século XXI, de evitar o difícil debate sobre um novo ciclo de desenvolvimento rural. Os agricultores camponeses ainda representam quase metade da população do planeta. Entre eles, somente uma pequena minoria se beneficiou da revolução verde. Segundo Amin Samir (2009, p. 139-140),⁹ a diferença de produtividade de agricultores em países desenvolvidos e agricultores pré-revolução verde no Sul era de 10 para 1, antes de 1940, mas atualmente chega a 100 para 1.

O que está em risco é o destino de 3 bilhões de pessoas, entre elas uma boa proporção dos mais pobres entre os pobres. Amin Samir (2009, p. 142) está certo ao dizer que, no próximo meio século, mesmo o desenvolvimento industrial mais rápido não será capaz de absorver nem um terço da reserva de força de trabalho.

É necessário aceitar a permanência da agricultura camponesa ao longo do futuro vislumbrável do século vinte e um. Não por conta de uma nostalgia romântica do passado, mas simplesmente porque a solução desse problema requer a superação da lógica capitalista, gravada na longa transição secular para o socialismo mundial. Deve-se então conceber políticas que regulem a relação entre o 'mercado' e a agricultura camponesa, respeitando-se a soberania alimentar das nações.

8. O livro de Mike Davis sobre este assunto, *Planet of slums* (2004), foi traduzido em francês como *Le pire des mondes possibles: de l'explosion urbaine au bidonville global*, La Découverte, 2006.

9. Ver também seu livro anterior (AMIN, 2005).

Tanto que, em termos de emprego, estamos passando por um período de “desindustrialização” (PALMA, 2004). A produção industrial avança principalmente por intermédio de aumentos na produtividade da mão de obra, resultando em crescimento sem empregos. Esta é a razão pela qual é necessário identificar e fazer o melhor uso possível de todas as oportunidades de crescimento puxadas pelo emprego.¹⁰

Por outro lado, a experiência mostra que o avanço tecnológico não é o único motor do crescimento. Os recursos naturais ainda são importantes, principalmente quando combinados com a pesquisa visando aumentar sua produtividade, ampliando o espectro de produtos derivados e a organização social dos processos de produção e distribuição.

3 REFORMATANDO O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Isso nos leva aos papéis de um Estado desenvolvimentista proativo, agindo em uma economia mista público-privada, um conceito central para o pensamento de Kalecki e Tsuru sobre países em desenvolvimento¹¹ e previsto na busca de um caminho de crescimento sustentável dos pontos de vista ambiental e da inclusão. Os desafios sociais e ambientais devem ser abordados simultaneamente, de forma a criar uma quantidade razoável de oportunidades de trabalho decente,¹² ao mesmo tempo mitigando a mudança climática por intermédio da redução da emissão dos gases de efeito estufa.

É responsabilidade do Estado organizar o processo de planejamento, o qual pode ser descrito pelos seguintes adjetivos: estratégico, flexível, contínuo e negociado com todos os atores do processo de desenvolvimento – Estado, empresários, trabalhadores e terceiro setor (sociedade civil organizada).

Bancos públicos são importantes alavancas nas mãos do Estado, não somente como fonte de recursos financeiros, mas também como atores capazes de impor condicionalidades substantivas aos tomadores de empréstimos. Da mesma forma, o são as empresas públicas agindo em setores estratégicos da economia.

No sentido de incorporar ao planejamento uma multidão de pequenos agricultores e fabricantes, deve-se estimular sua organização em cooperativas e outras formas de empreendimentos coletivos. Segundo Albert Hirschman (1958), para tal, devemos explorar cuidadosamente os encadeamentos para frente e para trás de grandes empresas.

10. Sobre este assunto, ver Sachs (1999, p. 23-24), em português: *A economia do desenvolvimento segundo Kalecki: crescimento puxado pelo emprego* (SACHS, 2007, p. 357-377); e também o prefácio de Furtado (2004).

11. Ver Kalecki (1993), em particular o artigo *Problems of financing economic development in a mixed economy* (p. 45-60). Ver também Tsuru (1976), principalmente *Merits and demerits of the mixed economy in economic development: lessons from India's experiences* (p. 17-34).

12. À primeira vista, o conceito de trabalho decente, disseminado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pode parecer vago. Este tem, entretanto, o mérito de insistir em três critérios simultâneos: pagamento justo – levando em consideração o nível de desenvolvimento econômico de cada país –, condições de trabalho e relações sociais justas.

Além disso, o Estado desenvolvimentista não se pode omitir, como já dito, de desenvolver uma rede de segurança social para os portadores de necessidades especiais, os idosos e aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza; completar o processo em curso de reformas agrárias, introduzir mudanças no sistema fiscal visando torná-lo mais equitativo e expandir a pesquisa no setor público, no sentido de assegurar que prioridades de longo prazo para o desenvolvimento nacional sejam atendidas adequadamente. A pesquisa privada tem a propensão ao “curto prazismo” e procura rentabilidade à custa de uma visão de longo prazo do interesse social.

Enquanto se discute as funções de Estados desenvolvimentistas, devemos recordar as premissas que orientaram o relatório *What Now*, de Dag Hammarskjöld (1975, p. 28):¹³ “O desenvolvimento é um todo. Suas dimensões ecológica, cultural, social, econômica, institucional e política somente podem ser compreendidas em suas inter-relações sistêmicas, e a ação a seu serviço deve ser integrada.”

O desenvolvimento deve ser voltado para a satisfação das necessidades; buscar a erradicação da pobreza é seu principal objetivo. Como equilibrar uma abordagem orientada pelas necessidades com uma lógica de mercado é uma grande preocupação, parcialmente superada pela expansão da rede universal de serviços sociais – redes de segurança social, educação, saúde, saneamento, e, talvez, moradia –, provida pelo Estado fora do mercado. Uma combinação intrigante das duas abordagens foi sugerida por um especialista indiano em gestão de água, Shekhar Singh que em sua obra defende que a água necessária para satisfazer as necessidades de consumo de populações ribeirinhas do Rio Ganges e para a manutenção do ecossistema do rio deveria ser mantida fora do mercado. A água para irrigação deveria ser alocada por meio do mercado.

Outra consideração a esse respeito é o alcance a ser conferido à produção de bens para autoconsumo fora do mercado, uma característica comum em comunidades camponesas e sociedades pré-capitalistas. Será que irá se expandir em economias pós-capitalistas, nas quais a extensão do trabalho heterônomo irá reduzir gradualmente, deixando mais tempo para o descanso e o trabalho autônomo?¹⁴ O relatório *What Now* coloca no centro do debate o conceito de desenvolvimento endógeno e autodependente como contraposto ao de mimético, enquanto afirma explicitamente que aquele não deveria ser confundido com desenvolvimento autárquico. Insiste também em definir estratégias de desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente. Isto pode parecer um grande desafio, entretanto o cenário atual nos compele mais do que nunca a atendê-lo.

13. Este relatório foi preparado na ocasião da sétima seção especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), reunida para discutir a Nova Ordem Econômica Internacional, um tema que deveria ser colocado novamente na agenda da comunidade internacional.

14. Sobre a discussão deste assunto, o leitor pode referir-se ao trabalho de Illich (2004, 2005) e Gorz (2004). Ver também Sachs (1986). Sobre a análise de modelos sociais de uso do tempo, ver Sachs (1980).

O Brasil precisa urgentemente reconquistar sua capacidade de planejamento de longo prazo, severamente dilapidada como resultado das contrarreformas neoliberais. Entretanto, comparado a outros países, este pode contar com um sólido sistema público de financiamento, conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil (BB). O monopólio de petróleo do Estado – a Petrobras – é outro bem valioso.

Também o são as políticas sociais favoráveis aos pobres, que consistem em transferências de renda para aproximadamente 15 milhões de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, condicionadas pela frequência regular à escola e à vacinação das crianças – Programa Bolsa Família (PBF).¹⁵ Esta política agora tem sido complementada pelo programa Territórios da Cidadania, que visa prover oportunidades de inclusão social por meio de trabalho decente, assim, emancipando os beneficiários do Bolsa Família de sua excessiva dependência na transferência de pagamentos do Estado.¹⁶

Recentemente também tem havido algum progresso com respeito à melhoria das ligações para frente e para trás entre as grandes empresas, as quais reconhecem sua responsabilidade social, e pequenos produtores. Entretanto, ainda é preciso haver uma boa medida de sinergia entre estes dois grupos de atores de desenvolvimento.

Entre os instrumentos de políticas que requerem adaptações e uso mais sistemático, estão o zoneamento econômico-ecológico e os esquemas de certificação, que são atualmente voluntários, mas poderiam tornar-se compulsórios.

No lado negativo, deve-se mencionar o sistema fiscal, cuja característica regressiva foi realçada recentemente em um relatório encomendado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).¹⁷ Falta, por exemplo, um imposto relacionado ao carbono, que poderia compensar uma simultânea redução de contribuições de seguridade social por parte dos empregadores, de forma a desencorajar o consumo de energia fóssil enquanto estimularia o emprego.¹⁸ Os recursos do imposto de carbono junto aos *royalties* da exploração do petróleo poderiam alimentar fundos soberanos, tais como o recentemente estabelecido Fundo da Amazônia, destinado a financiar a transição para uma economia de baixo uso de carbono.

15. O PBF pode ser considerado uma variante do tema da renda básica do cidadão incansavelmente defendido no Brasil por Eduardo Matarazzo Suplicy. Ver seu livro *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento* (2006). Na realidade, o programa consolida vários programas sociais em um único, incluindo o Bolsa Escola, um programa de apoio para crianças do ensino fundamental, iniciado pelo ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque.

16. É possível traçar um paralelo entre este programa e o Esquema de Garantia de Emprego implementado na Índia.

17. Ver CDES (2009).

18. A taxa de carbono foi introduzida com sucesso nos países escandinavos e deve ser preferida em relação aos créditos de carbono. Sobre estes últimos, Monbiot (2007, p. 210) diz: "Assim como nos séculos quinze e dezesseis, você podia dormir com sua irmã, matar e mentir sem medo da condenação eterna, hoje você pode deixar sua janela aberta enquanto o aquecimento está ligado, dirigir e voar sem ameaçar o clima, contando que você dê seu dinheiro a uma das empresas que vendem indulgências."

Outro imposto que falta no sistema fiscal é um imposto rural mais moderno, que penalize grandes propriedades improdutivas, o que seria instrumental também para incentivar a agenda não finalizada de reformas agrárias, que surge como prioridade entre as tarefas urgentes a serem completadas.¹⁹ A agricultura familiar está em desvantagem, comparada com o agronegócio de grande escala, ainda muito influente no Congresso Nacional. O plano da agricultura para 2010 prevê R\$ 92,5 bilhões para a agricultura de grande escala e somente R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar; entretanto, o último número representa um aumento de 525% em relação aos recursos alocados para os agricultores familiares em 2002-2003.

Finalmente, para completar esta breve revisão do momento atual, a situação no campo da pesquisa pública mostra muitos aspectos positivos, mas muitos progressos precisam ser feitos.

4 PARA ONDE VAMOS?

Como já foi dito, a crise deveria ser utilizada como um momento de mudança em direção a reformas estruturais.

Uma transição imediata para o socialismo – o caminho revolucionário – não está na agenda. Podemos recordar que os países do Leste europeu definiram-se como democracias populares, implicando que a transição entre capitalismo e socialismo precisa de algum tempo. De qualquer forma, a memória da implosão da União Soviética ainda está bastante viva, o que não significa dizer que o legado do socialismo real deveria ser visto como uma aprovação incondicional do capitalismo, o fim da história como previsto por Fukuyama (1992), que tem se reposicionado quanto a esta visão extrema. De acordo com Stiglitz (2009), a presente crise revelou nos países em desenvolvimento uma onda de desilusão com respeito ao modelo de capitalismo americano.²⁰

Então estamos falando de reformas no capitalismo? De pós-capitalismo? De republicanismo verde, o qual “não somente oferece uma crítica à excessiva criação de riqueza e sua má distribuição, mas igualmente importante coloca sua face contra o ‘consumismo verde’ como uma solução ou caminho viável para a transição da insustentabilidade” (BARRY, 2008, p. 7)? Como se pode classificar neste contexto uma *terceira via*, proposta por Nehru na Índia sob o nome de *socialistic pattern of society* (diferente do socialista), no qual se espera que o setor público cresça a uma taxa maior do que o privado?

19. Uma cobrança efetiva deste perfil de imposto sobre terras, com alíquotas crescentes proporcionais ao tamanho da propriedade e progredindo ao longo do tempo, colocaria os proprietários de terra frente à seguinte alternativa: ou investir para fazer sua terra altamente produtiva – e assim criar empregos –, ou vendê-la a um banco público que iria redistribuí-la por meio de um processo de reforma agrária.

20. O autor, que acredita no tipo de democracia do Ocidente e no funcionamento de mercados regulados, teme que esta desilusão possa impedir os países em desenvolvimento de aprender a lição correta com a crise, ou seja, que a saída da crise requer um regime no qual os papéis do mercado e do Estado sejam equilibrados e o Estado seja suficientemente forte para gerir efetivamente a regulação.

Não vamos cair na armadilha da discussão semântica, que tem absorvido muitas gerações de talmudistas dedicados a encontrar uma resposta para a irresistível questão: em que ponto uma vaca preta com bolas brancas se torna uma vaca branca com bolas pretas? Em compensação, precisamos acrescentar um *s* a capitalismo e socialismo e realizar estudos comparativos de diferentes modelos atuais de capitalismo e socialismo,²¹ não no sentido de encontrar modelos prontos para serem replicados, mas para estimular a imaginação social. A História se mantém aberta e são as novas gerações que devem inovar. Considerando-se o fim do socialismo real e da contrarreforma neoliberal, eu estaria inclinado a pensar que estas estão mais do que nunca condenadas a inventar e experimentar novas soluções.

Pelo menos três linhas de ação parecem abrir-se para o Brasil, na proposta de transformar a presente crise em uma oportunidade de ingressar no caminho de mudanças estruturais:

- Expandir a rede universal de serviços sociais, o que não requer a mediação do mercado como parte de um novo ciclo de desenvolvimento territorial.
- Ampliar o perímetro da economia solidária²² na economia de mercado.
- Engajar-se em uma agenda socioeconômica verde, que não equivaleria a dar prioridade a preocupações ambientais em detrimento das sociais. Ambas devem ser enfrentadas simultaneamente, e eu concordo com Zeller Jr. (2009) quando ele escreve que “a ideia para o aquecimento global e a pobreza mundial está na linha de ‘matar dois coelhos com uma cajadada só’”, mas não necessariamente compartilho a seguinte qualificação: “enquanto faz-se dinheiro ao mesmo tempo”.

Essas serão discutidas brevemente adiante.

5 REDUZINDO AS DIFERENÇAS CIVILIZACIONAIS ENTRE A CIDADE E O CAMPO

O influente artigo de Arthur Lewis (1954) sobre desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra defendeu que países em desenvolvimento têm uma economia dupla: um setor tradicional – rural – com mão de obra ex-

21. Com referência a capitalismo, ver o estudo pioneiro de Michel Albert (1991), o corpo de literatura produzido pela chamada Escola Francesa de Regulação, em particular Robert Boyer (2004) e, como uma tentativa de compreender o quebra-cabeça chinês, Huang (2008). De acordo com este autor, “capitalismo com características chinesas é uma função do balanço político entre duas Chinas – a China rural empresarial orientada pelo mercado, em comparação com a China urbana orientada pelo Estado (...) Quando e onde a China rural prevalece, o capitalismo Chinês é empresarial, politicamente independente, vibrantemente competitivo em sua conduta e virtuoso em seus efeitos. Quando e onde a China urbana prevalece, o capitalismo chinês tende à dependência política do Estado e é corrupto” (p. 26-27). Um estudo comparativo e um *post mortem* imparcial sobre os diferentes modelos de socialismo real ainda está por ser produzido.

22. O termo *social economy* (economia social) utilizado por acadêmicos europeus corresponde ao conceito de economia solidária, conforme utilizado pelos colegas brasileiros.

cedente de baixa produtividade e um setor capitalista moderno – urbano. O desenvolvimento consistirá em gradual esvaziamento do setor tradicional, provendo para migrantes rurais empregos urbanos mais produtivos e bem pagos. Apesar de seu Prêmio Nobel, a história tomou um curso menos otimista. Já vimos que a urbanização e o pleno emprego impulsionados pela expansão industrial não são prováveis de acontecer em escala mundial neste século.

Em vez de estimular migrações rurais – urbanas, deveríamos enfatizar programas destinados a reduzir as diferenças civilizacionais entre as grandes cidades e o meio rural, estendendo às pessoas do meio rural algumas das amenidades e oportunidades da vida urbana, enquanto estas exploram as possibilidades de industrialização descentralizada, viabilizada por modernas técnicas de produção e comunicação.²³ A desconcentração da indústria é bem-vinda, desde que ajude a compensar os fenômenos contraprodutivos associados ao excessivo crescimento das metrópoles e crie postos de trabalho nos setores secundário e terciário nas áreas rurais.

Daí a importância de expandir, por todo o território nacional, as redes de serviços sociais disponibilizados pelo Estado fora da economia de mercado, para atendimento aos direitos dos cidadãos. Deve-se dizer que o desenvolvimento pode ser visto como efetiva universalização de três gerações de direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais, começando pelo direito ao trabalho digno; finalmente, direitos coletivos, como direitos das crianças, meio ambiente e direitos às cidades.²⁴

Duas observações são pertinentes aqui. Se desenhados adequadamente, os serviços sociais são bastante intensivos em mão de obra, o que é positivo, já que geram demanda por mão de obra qualificada, e assim contribuem para diversificar o tecido social de comunidades locais.

Por outro lado, o custo de estender as redes de serviços sociais para áreas rurais é inferior àquele de prover infraestrutura e moradia adequadas para os migrantes acumulados nas cidades; da mesma forma, os recursos necessários para custear novos empregos são mais baixos nas áreas rurais do que nas urbanas.

Serviços sociais disponibilizados pelo Estado atuam fora da economia de mercado. Desde que a expansão destes serviços ocorra a uma taxa mais elevada do que a taxa de crescimento da economia de mercado, as proporções entre o mercado e o não mercado na economia global mudarão em favor deste último.

23. Sobre este assunto, ver o livro pioneiro de Piore e Sabel (1986) e o grande conjunto de literatura sobre o exemplo de industrialização descentralizada no Noroeste da Itália, a terceira Itália como descrita por Arnaldo Bagnasco.

24. Sobre este assunto ver Sachs (1998).

6 EXPANDINDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Agora vamos nos voltar a uma mudança estrutural de um tipo diferente, desta vez na economia de mercado. O objetivo é ampliar o espaço da *economia social* em termos europeus²⁵ – cooperativas, mutualismo, associações sem fins lucrativos e todas as outras formas de empreendimentos coletivos que não seguem as regras da apropriação privada de lucros. Estas organizações da sociedade civil competem com empresas públicas e privadas, mas são gerenciadas, pelo menos em teoria, sob o princípio de uma pessoa, um voto, e como regra decidem coletivamente sobre a destinação a ser dada aos lucros, se houver algum, com forte preferência para seu reinvestimento, de forma a consolidar e expandir sua atividade. O maior obstáculo a ser evitado quando estas organizações ganham força é impedi-las de adotarem o comportamento de grandes empresas capitalistas, seus competidores no mercado.

Na economia brasileira, existe ainda um grande espaço para promoção de todo tipo de cooperativa, entidades mutualistas, associações de produtores e outras formas de organização da sociedade civil voltadas para o princípio de não visar ao lucro. Mais uma vez, se a taxa de crescimento destas organizações exceder a da economia global, haverá uma mudança estrutural. Alguns podem ser tentados a falar de subversão do sistema capitalista. E por que não?

7 LIMITAÇÕES DO NOVO PACTO VERDE SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O Novo Pacto Verde está no topo da agenda política no mundo inteiro e deveria ser considerado uma prioridade pelos planejadores brasileiros. Por questões já explicadas, deveríamos resistir à priorização das questões ambientais em detrimento das sociais. Vamos afirmar uma vez mais que o necessário é uma agenda verde socialmente responsável, que lide simultaneamente com os dois maiores desafios que são a mudança climática e as desigualdades sociais.

Dito isso, o Brasil pode entusiasmar-se com essa perspectiva, tendo em conta seu enorme potencial de produção de todo tipo de biomassa em uma estratégia de desenvolvimento que respeite os princípios de inclusão social e sustentabilidade ambiental. O Brasil é dotado de climas favoráveis; recursos hídricos abundantes – com exceção do polígono das secas na região Nordeste; maior floresta tropical do mundo, ainda 80% intacta – o que não significa desconsiderar o desmatamento atual; e pesquisa de alcance mundial em biologia e agronomia. Assim, está em posição favorável para explorar o trinômio biodiversidade – biomassa – biotecnologia, esta última aplicada às duas finalidades da produção, ou seja, aumentar a produtividade da biomassa e ampliar o espectro

25. Como já mencionado, o termo brasileiro é *economia solidária*.

de produtos derivados da biomassa. Uma vez que biomassa é alimento humano e animal, combustível, fibras, plásticos, material de construção, bioprodutos utilizados por biorrefinarias, farmacêuticos e cosméticos, podemos falar da criação de uma biocivilização.²⁶

Uma agenda verde bem elaborada pode contribuir para a redução da mudança climática, e ao mesmo tempo dar forma a um novo padrão de desenvolvimento rural, fundamentado em uma *revolução duplamente verde*²⁷ e voltado para a consolidação e a expansão da agricultura familiar.

O último aspecto, a organização social da produção de biomassa, é o que causa a maior preocupação no momento. Mesmo reconhecendo o peso do agronegócio moderno na economia brasileira, não podemos nos dar ao luxo de perder a extraordinária oportunidade de consolidar a agricultura familiar, favorecendo, ao contrário, uma agricultura de larga escala, mecanizada e, portanto, sem empregos, estando no topo das indústrias que geram desenvolvimento sem empregos. A sustentabilidade social é tão importante quanto a sustentabilidade ambiental.

Falando de maneira realista, a dupla estrutura do complexo econômico brasileiro, com base em biomassas, não irá desaparecer durante o período de 15 anos discutido neste documento. Mais uma vez a questão é: quais serão as taxas relativas de crescimento dos dois subsistemas e quais devem ser as políticas que levem a uma mudança na composição relativa do Produto Nacional Bruto (PNB) que favoreça a agricultura familiar?

A seção seguinte aborda as questões-chave a serem consideradas por uma agenda verde socialmente responsável.

8 PEGADA ECOLÓGICA E BIOCAPACIDADE

Esses conceitos oferecem um marco metodológico inicial adequado. Biocapacidade é definida como a capacidade regenerativa total da biosfera disponível para atender às necessidades humanas, e a pegada ecológica avalia a quantidade de biocapacidade mobilizada de fato pela economia humana ao longo do ano. A avaliação é feita em hectares globais *per capita* (gha), correspondendo a uma média da produtividade global.²⁸

26. Ver Sachs (2005).

27. O termo *evergreen revolution* foi cunhado por Swaminathan (1996). Os acadêmicos franceses usam o termo *doubly green revolution*. Seus dois pilares são a agroecologia e a proeminência dada às agriculturas familiar e camponesa.

28. Ver Wackernagel e Rees (1999) e Wackernagel *et al.* Dados atuais sobre pegada ecológica e biocapacidade estão disponíveis em: <www.footprintnetwork.org>. Para uma boa visão geral sobre o assunto, ver Boutaud e Gondran (2009).

No momento, a pegada ecológica de cada membro da tripulação da espaçonave terra é 2.7 hectares globais, enquanto a biocapacidade à disposição é de apenas 2.1 hectares globais. Estas médias mundiais são enganosas na medida em que mascaram a diferença fundamental entre países deficitários, que tendem a colonizar a biocapacidade de outros, e países superavitários, cuja biocapacidade ainda está subutilizada. Deveríamos chamá-los de terras da boa esperança, como Pierre Gourou, em Gorou (1982)?

Os últimos dados sobre o Brasil, a maior terra da boa esperança, são: pegada ecológica total, 2.4 gha *per capita*; biocapacidade total, 7.3 gha; reserva ecológica, 4.9 gha.²⁹

A construção da agenda verde deve incluir, por um lado, tentativas de redução da pegada ecológica – e, acima de tudo, a pegada ecológica de carbono – e, por outro, medidas para o bom aproveitamento e o aumento da biocapacidade.

9 MUDANDO O PARADIGMA ENERGÉTICO

Um ponto central para a redução da pegada ecológica é a mudança do paradigma energético por intermédio da ação em três linhas: procurar maior moderação energética; melhorar eficiência energética e substituir combustíveis fósseis por todas as energias renováveis possíveis – solar, eólica, hídrica, geotérmica, maremotriz; e por último, mas não menos importante, biocombustíveis.

Com certeza, no longo prazo, a ação mais efetiva será a redução no perfil da demanda por energia, obtida por mudanças no padrão de consumo e nos estilos de vida, nos modelos de organização espacial da economia mundial e nacional – adensamento das economias locais, menos mobilidade – e nos sistemas de transporte – maior dependência de transporte ferroviário e hídrico, menos espaço para veículos automotores. Mesmo sendo tão importantes, estas são variáveis difíceis de tratar.

No que diz respeito à substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis, as observações que se seguem são pertinentes.

A mera substituição de combustíveis a base de petróleo pelos de biomassa não será suficiente na ausência de políticas voltadas a aumentar a moderação e a eficiência energética no uso final. Mas, ao mesmo tempo, a competição entre combustíveis e alimentos por terras e recursos hídricos escassos não deve levar a uma catástrofe social provocada pela substituição da produção de alimentos necessária para alimentar os bilhões de famintos pela produção de combustíveis para os carros dos ricos.³⁰ E isto por várias razões:

29. Global Footprint Network 2008, Ecological Footprint and Biocapacity 2005, dados atualizados em 26 de outubro de 2008. *Op. cit.* Deve-se observar, entretanto, que o número para a pegada ecológica de carbono, 0,04 gha, parece subestimado.

30. Para uma revisão sobre este assunto, ver minha contribuição para Abramovay (2009). O último a juntar o grupo de críticos abertos à produção de biocombustíveis no Brasil foi o líder do MST, Pedro Stedile, que, em publicação recente, denunciou a “diabólica aliança entre as indústrias de petróleo, veículos e as transnacionais de agronegócios para agir nos países do hemisfério sul que possuem terras, sol e água abundantes para propor a produção de agrocombustíveis” (STEDILE, 2009, p. 10).

Primeiro, os famintos não estão com fome por falta de produção de alimentos, mas devido a sua incapacidade de comprá-los, como mostrado por Sen (1982) e mais recentemente por Brunel (2009). Esta última autora (2009, p. 272) escreve:

(...) é errado acusar os biocombustíveis e as culturas não-alimentares de geradores de fome. Isso seria verdade se os alimentos estivessem com sua oferta limitada na Terra, o que não é o caso. Biocombustíveis podem, ao contrário, oferecer aos camponeses a perspectiva de mercados lucrativos, melhorando seus padrões de vida e permitindo que permaneçam em suas terras.

A perspectiva de alimentar a crescente população mundial, a qual pode exceder 9 bilhões até o meio do século, não é tão preocupante. De acordo com Ghislain de Marsily (2009, p. 123), a produção agrícola alcançou 20% de seu potencial teórico. São perdidos 40% por causa de doenças, 20% devido a acidentes climáticos e 20% em perdas de pós-colheita. Além do mais, deve-se ter em mente que, em países desenvolvidos, 30% dos alimentos comprados são perdidos, se incluirmos nesta conta os produtos frescos descartados nos circuitos de distribuição por prazo de validade vencido. Além disso, em muitas regiões da África e da América Latina, a produtividade por hectare ainda é muito baixa, o que os permite realizar rápidos e significantes progressos na produção agrícola por meio de técnicas bem conhecidas.

Essas não são razões para se deixar levar pelo excesso de autoconfiança, mas o pessimismo neomaltusiano também deve ser descartado. Parmentier (2009) está certo ao apontar a necessidade de maior esforço de pesquisa, baseada na agroecologia e na aliança entre agrônomos, cientistas sociais e economistas, voltada para produzir mais com menos recursos por intermédio da criação não de um, mas de dezenas de milhares de agricultores locais, bem adaptados às microcondições.³¹

Em segundo lugar, a competição entre a produção de alimentos e de biocombustíveis pode diminuir bastante, com a utilização de esquemas de produção integrada de alimentos e biocombustíveis adaptados a diferentes biomas, em vez de insistir na sobreposição de cadeias de monoculturas dedicadas a biocombustíveis e não a alimentos, de forma a evitar a contaminação dos preços dos alimentos pela escalada dos preços dos combustíveis.

Em particular, existe espaço para melhor integração entre a criação de bovinos com a produção de oleaginosas, utilizando-se o bagaço como ração, aumentando o número de cabeças por hectare de pasto e, assim, liberando parte da área de pastagem para produção de alimentos.

31. Ver também Parmentier (2007).

Além disso, a potencial competição entre alimentos e combustíveis se transforma em complementaridade na segunda geração de biocombustíveis, originados de etanol de celulose extraída de diferentes tipos de resíduos agrícolas e florestais; esta segunda geração já está a vista.

Finalmente, no longo prazo, a terceira geração de biocombustíveis irá usar algas como matéria-prima, mudando a produção de terras agricultáveis para ecossistemas aquáticos.

Essa evolução terá de ocorrer concomitantemente à eliminação de formas predatórias de uso da bioenergia, como a produção de carvão fundamentada no desmatamento. Para tanto, devemos utilizar a produção de carvão verde, que se baseia na queima eficiente de resíduos agrícolas e florestais, pastagens e árvores plantadas.³²

Ao mesmo tempo, devemos ter em mente que a substituição direta de combustíveis fósseis por renováveis pode ser complementada por sua substituição indireta, advinda do aumento do uso de produtos derivados de biomassa, o que requer menos energia fóssil do que seus equivalentes de origem mineral. Isto nos leva à exploração de todo um complexo econômico com base em biomassa, consistindo, como já dito, de alimentos, rações, fertilizantes verdes, bioenergias, materiais de construção, fibras, plásticos, combinação de produtos gerados por biorrefinarias, produtos farmacêuticos e cosméticos.

10 AMPLIANDO A BIOCAPACIDADE

A segunda parte da agenda verde deve focar em aprender como fazer bom uso da biocapacidade existente³³ e como aumentá-la, incrementando a produtividade na produção de biomassa em diferentes ecossistemas terrestres, florestais e aquáticos. Três importantes assuntos devem ser mencionados a este respeito.

Estudos prospectivos mostram que o Brasil apresenta enorme potencial para aquicultura ao longo de seus 8,5 mil quilômetros de Costa Atlântica, 4 milhões de quilômetros quadrados de zona econômica exclusiva, na região Amazônica e no Pantanal, assim como nos lagos artificiais que totalizam 10 milhões de hectares (BRASIL, 2008),³⁴ não somente para produzir alimentos, mas também para produzir algas, que possivelmente se tornarão uma matéria-prima importante na terceira geração de biocombustíveis.

32. Pró-natura International, uma organização não governamental (ONG) que também atua no Brasil, ganhou um prêmio internacional da Fundação Altran por desenvolver este processo.

33. Ver Larrère e Larrère (1997).

34. Ver também Ostrensky, Borghetti e Soto (2008).

Da mesma forma, o Brasil pode contar com uma significativa expansão de plantações florestais para diferentes propósitos: polpa e papel; indústria madeireira; óleos combustíveis e comestíveis; etanol de celulose; frutas e outros produtos não madeireiros etc. No longo prazo, deveria ser possível não somente trabalhar com uma taxa de desmatamento zero, mas aumentar significativamente a cobertura vegetal. Presentemente, as chamadas “florestas plantadas” – em termos ecológicos, um termo equivocado para plantações de árvores – cobrem 5,5 milhões de hectares. Provavelmente, poder-se-ia adicionar um zero a este total.

Outra oportunidade pode surgir com a fotossíntese assistida, reciclando gás carbônico na produção em estufa de diferentes tipos de biomassa.

11 QUAL O RUMO PARA REGIÃO AMAZÔNICA?

A região Amazônica e sua floresta, talvez o laboratório individual mais importante da biocivilização moderna no mundo, representa uma grande responsabilidade e uma extraordinária chance para o Brasil.

O desmatamento deve parar o mais rápido possível e a comunidade internacional deveria cofinanciar grandes iniciativas neste sentido. O recém-criado Fundo da Amazônia deveria ser expandido e disponibilizado para este fim.

Ao mesmo tempo, deve-se descartar a ideia de transformar a Floresta Amazônica em uma megarreserva natural. A região é hoje moradia de 25 milhões de pessoas – muitas das quais as espécies mais ameaçadas da região, nas palavras do poeta local Thiago de Melo. Quantas mais irão se unir a estas nas próximas décadas? Todos os esforços deveriam concentrar-se em uma estratégia inclusiva e sustentável para as áreas já desmatadas, transformadas em *reservas de desenvolvimento*, de forma a reduzir a pressão na floresta remanescente. Esta deveria ser gerida cuidadosamente, com a possibilidade de aumentar sua produtividade por meio do adensamento de espécies úteis. Como já dito, a região Amazônica também é dotada de um extraordinário potencial para aquicultura.

Um problema difícil de resolver é a transformação da Zona Franca de Manaus, criada como ponto de entrada para eletrodomésticos e outros produtos de montagem industrial a partir de peças importadas. Entretanto, no longo prazo, deveria ser capaz de processar matérias-primas brutas locais e gerar um fluxo de exportações industriais.

12 INTEGRANDO AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

As mudanças institucionais antes apontadas não representam um plano detalhado, tarefa que vai além do escopo deste documento. Deixem-me apenas mencionar que, para monitorar e avaliar estas mudanças, os planejadores terão que usar novos indicadores de desempenho, tais como:

- evolução da pegada ecológica e da biocapacidade;
- taxas de crescimento relativo de atividades de mercado e não mercado, relacionadas a modelos culturais de uso do tempo por diferentes grupos sociais – com especial referência às mulheres;
- taxa de crescimento da economia solidária em relação à economia global;
- taxa de crescimento do complexo da biomassa em relação à taxa de crescimento total da economia; e
- participação relativa da agricultura familiar e do agronegócio de larga escala.

13 BRASIL COMO MODELO DE TERRAS DA BOA ESPERANÇA

Como país de biocapacidade superavitária, o Brasil está bem colocado para se tornar um modelo de terras da boa esperança, ocupando um papel de liderança no incentivo à cooperação Sul – Sul (com especial referência a trocas com países africanos) e defendendo em fóruns internacionais a necessidade de definir estratégias diferentes e complementares, para países de biocapacidade excedente e países de biocapacidade deficitária, sendo que o peso do ajuste deve recair sobre os últimos.

Essas são questões complexas, que devem gerar conflitos de interesse e negociações difíceis entre os dois grupos de países, e por isso o Brasil deveria tomar a iniciativa de convocar um fórum internacional anual para debater estes assuntos.

Um comentário final. Eu devo aos leitores deste documento uma explicação do porquê, depois de muita hesitação, eu decidi colocar um ponto de interrogação no título. O Brasil possui condições objetivas para entrar no caminho de um desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, assim como desempenhar um papel político de liderança entre as terras da boa esperança. Entretanto, será o processo político que decidirá se o Brasil irá aproveitar esta oportunidade e eu não tenho como prever este resultado. Três eleições irão ocorrer, em 2010, 2014 e 2018, antes que alcancemos o ano simbólico de 2022, o qual será novamente um ano eleitoral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (Ed.). *A energia da controvérsia*. São Paulo: SENAC, 2009.
- ALBERT, Michel. *Capitalisme contre capitalisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- AMIN, Samir. *Pour un monde multipolaire*. Paris: Syllepse, 2005.
- _____. *Sur la crise: sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise*. Pantin: Le Temps des Cerises, 2009.
- BARRY, John. Towards a green republicanism: constitutionalism, political economy, and the green state. *The Good Society*, University of Maryland, v. 17, n. 2, 2008.
- BOUTAUD, Aurélien; GONDRAN, Natacha. *L’empreinte écologique*. Paris: La Découverte, 2009.
- BOYER, Robert. *La théorie de la régulation: les fondamentaux*. Paris: La Découverte, Coll. Repères, 2004.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pesca (MPA). Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). *Mais pesca e aquicultura: plano de desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2008.
- BRUNEL, Sylvie. *Nourrir le monde: vaincre la faim*. Paris: Larousse, 2009.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). *Indicadores de equidade do sistema tributário nacional: relatório de observação*. Brasília, n. 1, jun. 2009.
- ECOLOGICAL footprint and biocapacity, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1992.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Prefácio.
- GLOBAL footprint network, 2008.
- GORZ, André. *Métamorphoses du travail*. Paris: Galilée, 1998; Folio Essais, 2004.
- GOUROU, Pierre. *Terres de bonne espérance: le monde tropical*. Paris: Plon, 1982.
- GUILAINE, Jean. *Les racines de la Méditerranée et de l’Europe*. Paris: Collège de France, Fayard, 2008.
- HAMMARSKJÖLD, Dag. *What Now*. Relatório. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Uppsala, 1975.
- HAYEK, Friedrich V. *The road to serfdom*. Londres: Routledge, 1944.

HIRSCHMAN, Albert O. *Strategies of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUANG, Yasheng. *Capitalism with chinese characteristics: entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ILLICH, Ivan. *Ceuvres complètes*. Paris: Fayard, 2004, 2005. v. 1 e 2.

KALECKI, Michal. Collected works of Michal Kalecki. In: OSIATYNSKI, Jerzy (Ed.). *Problems of financing economic development in a mixed economy*. Oxford: Clarendon Press, 1993. v. 5.

LARRERE, Catherine; LARRERE, Raphaël. *Du bon usage de la nature: pour une philosophie de l'environnement*. Paris: Aubier, 1997.

LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. *Manchester, School of Economic e Social Studies*, Oxford, v. 22, 1954.

LIPIETZ, Alain. *Face à la crise: l'urgence écologiste*. Paris: Les Éditions Textuel, 2009.

MARSILY, Ghislain. *L'eau, un trésor en partage*. Paris: Dunod, 2009.

MONBIOT, George. *Heat: how to stop the planet burning*. London: Penguin Books, 2007.

OSIATYNSKI, Jerzy (Ed.). *Collected works of Michal Kelecki*. Oxford: Clarendon Press, 1992. v. 3.

OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José R.; SOTO, Doris. *Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer*. Brasília: SEAP/FAO, 2008.

PALMA, Gabriel. *Four sources of 'de-industrialisation' and a new concept of the Dutch Disease*. Cambridge: University of Cambridge, Nov. 2004.

PARMENTIER, Bruno. *Nourrir l'humanité*. Paris: La Découverte, 2007.

_____. Comment nourrir neuf milliards d'habitants? In: WIEVIORKA, Michel (Ed.). *Se nourrir, l'alimentation en question, les entretiens d'Auxerre*. Paris: Édition Sciences Humaines, mai 2009.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1986.

PONTING, Clive. *A green history of the world*. London: Penguin Books, 1993.

SACHS, Ignacy. Developing in harmony with nature: consumption patterns, time and space uses, resources profiles and technological choices. *Canadian Journal of Development Studies*, Ottawa, v. 1, n. 1, 1980.

_____. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. Tradução Luiz L. Vasconcelos e Eneida Araujo. São Paulo: Vertice, 1986.

_____. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 33, ago. 1998.

_____. L'économie politique du développement des économies mixtes selon Kalecki: croissance tirée par l'emploi. *Mondes em Développement*, Paris, v. 27, n. 106, 1999.

_____. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

_____. A economia do desenvolvimento segundo Kalecki: crescimento puxado pelo emprego. In: SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo F. (Org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SEN, Amartya K. *Poverty and famines: an essay on entitlements and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

STEDILE, João Pedro. MST: 25 anos de teimosia. *Democracia Viva*, n. 42, maio 2009.

STIGLITZ, Joseph. Los mensajes tóxicos de Wall Street. *Other News Info*, 24 June 2009. Disponível em: <<http://other-news.info>>.

SUPLICY, Eduardo M. *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento*. Porto Alegre: LPM Pocket, 2006.

SWAMINATHAN, Mankombu S. *Sustainable agriculture: towards an evergreen revolution*. Delhi: Konark Publishers, 1996.

TSURU, Shigeto. Towards a new political economy. *Collected works of Shigeto Tsuru*, Kodansha, Tokyo, v. 13, 1976.

WACKERNAGEL, Mathis *et al.* *National footprint and biocapacity accounts: the underlying calculation method*. Disponível em: <www.footprintnetwork.org>.

WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. *Notre empreinte écologique*. Montréal: Ecosociété, 1999.

WOLF, Martin. Crise de 1929, le retour? *Le Monde*, Paris, 23 juin 2009.

ZELLER JUNIOR, Tom. Developing a greener third world. *International Herald Tribune*, Paris, 8 June 2009.